

CIÊNCIA DA DEFESA (COMPARAÇÃO COM O PERCURSO DAS RI)

Marcelo José Ferraz Suano
CEIRI – Assessoria e Consultoria Técnica Ltda
marcelo.suano@vivo.blackberry.com
msuano@pop.com.br

1. Introdução

Faz tempo que as respostas à pergunta sobre o que é necessário para conferir status de seriedade a um argumento, um estudo ou uma observação não têm recebido a devida análise crítica. As respostas são sempre as mesmas: para receber o timbre de seriedade é necessário que o comportamento seja profissional e o argumento científico.

Por essa razão são geradas, quase sempre por partenogênese (!), escolas por todos os lugares e recantos, apresentando técnicas para treinar aquilo que é denominado “profissional”, além de manuais de como reconhecê-los.

Da mesma forma, e pela mesma razão, todo discurso que se diz sério se apresenta como científico e, para comprovar, afirma-se seguir os parâmetros metodológicos de sua ciência, seja ela qual for.

Assim, um trabalho interessante, precisa ser dito científico para ser visto como sério, numa espécie de *abracadabra*, mesmo que um filósofo da ciência demonstre que, a rigor, aquilo que afirma ser ciência não contém nenhum dos pré-requisitos para tal. É um comportamento próximo ao da busca pela nobiliarquia de toga adotada pelos burgueses da idade moderna.

Aqui estão os problemas: primeiro, o que se entende por ciência? Segundo, por qual razão é necessário ser científico para ser um trabalho interessante, um argumento importante, ou algo que possa contribuir para o desenvolvimento do conhecimento e auxiliar na correta tomada de decisão?

Outra questão interessante é saber por qual razão é necessário adotar, imediatamente, o status de ciência um discurso que ainda precisa definir o seu próprio território antes de declarar independência. Afinal, ainda está vivendo no solo dos outros e também não tem uma língua sua, ou que ao menos apresente traços específicos, caso fale um idioma comum a outros. Além disso, é

importante perguntar se o objetivo de todo conhecimento é tornar-se científico, como se convergíssemos teleologicamente para um fim. Este “ensaio” apresenta a Defesa como uma disciplina que ainda não pode ser tratada como científica, pois carece de elementos para dar-lhe autonomia. Parte-se do pressuposto de que sofre dos mesmos problemas que as Relações Internacionais¹ sofreram e, para muitos ainda sofre, na busca pela autonomização. Percebe-se que a Defesa continua dependendo de um breviário teórico multidisciplinar para se expressar, bem como se observa que ainda é complexa a conceituação de seu objeto ou objetos de estudo. Também tem sido difícil identificar a especificidade que permite delimitar o campo de ação.

É possível afirmar que os Estudos de Defesa sofrem de carências estruturais que não existem em ciências consolidadas. Por isso, ainda se apresenta como um espaço para o debate de problemas, os quais podem ser compreendidos se analisados juntamente com outras disciplinas. Mais que uma ciência, o tema expressa um conjunto de questões sob esta terminologia. Assim, é melhor referir-se a ela como “as questões de defesa” e não como a “ciência da defesa”, abreviadamente, Defesa.

O recurso utilizado para apresentar tal posição neste ensaio será uma comparação com o que ocorreu e ocorre com a “ciência” Relações Internacionais, pois os problemas parecem ser semelhantes, os obstáculos diante de ambas aparentam ter as mesmas dimensões e é possível que os esforços para construir a ciência da defesa possam ser reduzidos se for levado em consideração o que as Relações Internacionais têm a oferecer com sua experiência no percurso seguido para ganhar independência. O trabalho tem por pretensão ser uma reflexão livre, uma introdução, mais que uma tese com o intuito de estabelecer categorias para os Estudos de Defesa.

¹ . Adota-se aqui o padrão comum aos internacionalistas de escrever com maiúscula sempre que se referir a disciplina Relações Internacionais e com minúscula quando a referência for ao fenômeno (objeto) relações internacionais.

2. Primeira Comparação

Inicialmente, é importante ter em mente que, tal como as Relações Internacionais, o léxico dos “Estudos de Defesa”² se origina, de vários outros campos. No caso, principalmente dos Estudos Militares (Ciências Militares), da arte da guerra, da administração, ciência política, da economia, das Relações Internacionais – que absorve questões e terminologias dos estudos militares, estratégia e diplomacia – da sociologia, antropologia, além de outras que podem emprestar seus termos técnicos.

Seu objeto parece mais claro que o das Relações Internacionais, pois é mais fácil identificar no mundo empírico uma ação ou elemento que se apresentaria naquilo que chamaríamos por defesa, auxiliando na sua identificação. Ainda assim, carece de elementos para especificá-lo.

Numa exposição feita por Salvador Ghelfi Raza, no Painel de Epistemologia dos Estudos Estratégicos, em outubro de 2003, em Santiago, Chile, pelo G5Center for Hemispheric Defense Studies REDES (RESEARCH AND EDUCATION IN DEFENSE AND SECURITY STUDIES) temos uma definição que esboça a dificuldade de compreensão deste objeto, apesar da interessante apresentação feita pelo autor.

“O que é ciência de defesa? Em termos sintéticos - como definição de partida – propõe-se entender a ciência de defesa como sendo a área de conhecimento que aloja o estudo, orienta as práticas e transmite conhecimentos sobre a defesa de maneira científica. O conceito de estudo, aqui, enseja a noção de pesquisa, estruturação, análise, aplicação e disseminação de conceitos e práticas. Defesa, por sua vez, define um conjunto de capacidades articuladas com o provimento de um estado de segurança desejado, sendo essas capacidades instrumentalizadas por meio de um sistema de processos e procedimentos politicamente determinados” (RAZA, 2003: 4)

Pelo exposto, fica claro que se deve considerar a questão além do ato violento englobando todos os demais momentos do processo. Dizendo melhor, participam da defesa as questões atinentes à preparação e mobilização, mesmo que pensada apenas para o momento do choque ou do confronto. Mas, isso não estaria no escopo da segurança? Se ela está, então esta é que teria direito de reivindicar libertação, não aquela, que

² . Sabiamente, a ABED adota Estudos e não ciência como tem ocorrido em palestras que são ministradas em outros países e instituições. A própria organização trata de mostrar que há vertentes de abordagem do problema que precisam ser ouvidas para contribuir na continuidade e desenvolvimento dos estudos sobre o tema.

seria apenas um dos seus órgãos, embora órgão vital. Mas ambas podem ser, no limite, a mesma coisa. Então, porque a mudança de nome e, se são a mesma coisa, porque a existência de dois termos? Sabemos serem fenômenos distintos e não é isso que se deseja discutir, mas apenas mostrar como a questão do objeto ainda está nebulosa, porque ele não é definido de forma que garanta sua distinção dos demais fenômenos, ficando sempre a dúvida sobre a que realidade o termo se refere. Ademais, como tem sido alertado por grande número de especialistas, o termo segurança passou a ser tão inclusivo que acabou se reduzindo a especialização sobre tudo, respondendo sobre nada. É para evitar de cair neste abismo que o objeto precisa ser bem conceituado³.

Da mesma forma, ainda é complicado delimitar seu campo de ação, apesar de alguns autores acharem que isso não é o importante. Se não acreditarmos que é, então qualquer poeta pode colocar o *tai chi chuan* como campo da Ciência da Defesa, afinal, na velocidade correta é uma modalidade de luta supostamente mortal e é usada na defesa de um indivíduo contra o outro, requerendo recursos e preparação!

Não é disso que se trata, nem é interessante discorrer caricaturescamente perdendo o foco da questão, mas apenas ter clareza de que, para ser ciência, é necessário definir um campo próprio em que se possa refletir com categorias específicas, mesmo que com linguagem ou terminologia de outras áreas.

Um dos mais notáveis esforços para buscar a autonomia das Relações Internacionais diante das demais Ciências Humanas, por exemplo, foi o de Raymond Aron, quando argumentou que uma ciência, além de ter teorias capazes de fazer previsões testáveis (como diria Karl Popper) precisa delimitar seu campo de estudo, ocorrendo isso quando é identificado um fenômeno, ou conjunto de fenômenos, que esteja(m) apenas nele, ou seja, que exista apenas para esta área específica.

Quando Aron fez essa afirmação, tinha consigo o fato de que as relações internacionais⁴ necessitavam de algo que as delimitasse dos demais tipos de relações humanas, fossem pessoais, sociais ou políticas. Ao analisar a literatura sobre o tema em sua época notou que qualquer afirmação que se fizesse sobre elas também poderia ser feita a respeito dos demais tipos de relações humanas. Enquanto se mantivesse dessa forma não haveria como autonomizá-la. Foi nesta encruzilhada que identificou um fenômeno específico que, da sua perspectiva, existe apenas nas relações internacionais: a guerra.

A guerra é o elemento que permite separar o seu campo de estudos dos campos das demais ciências sociais, bastando que as questões fundamentais fossem levantadas para se chegar ao cerne do próprio fenômeno relações internacionais.

Saber que a guerra é um acontecimento que só ocorre nas relações internacionais, resolve vários problemas, mas lançam outros. Primeiro,

3

4 . Aqui se está falando do fenômeno e não da disciplina.

teve de demonstrar que a guerra é um fenômeno social, mas que não ocorre nas relações entre indivíduos, cidadãos, ou grupos sociais. Nesses casos ocorrem conflitos, embates, agressões, brigas e outras formas de violência, mas não aquilo que entendia por guerra, ou seja, uma maneira racional, planejada e estruturada de conduzir a violência entre sociedades (extensos grupos humanos politicamente organizados e detentores de soberania).

Na sua época, ainda não gerava confusão usar a expressão “apenas entre Estados” e o argumento caminhou para a conclusão de que se ela ocorre entre os Estados, sendo representados pelos respectivos governos, então ela é um fenômeno essencialmente político. Por isso recorreu de forma tão convicta a Clausewitz. Este general-filósofo (general-escritor; general-cientista-político etc.) tinha a teoria certa para facilitar a busca pela ciência Relações Internacionais.

Entender a guerra como “a continuação das relações políticas por outros meios” era suficiente para chegar à conclusão de que poderia produzir uma ciência com todas as exigências que este tipo de conhecimento requer. Bastaria mostrar que a ciência Relações Internacionais poderia ser construída em torno do núcleo política internacional, uma vez que ambos os fenômenos eram equivalentes, já que, naquele período a economia, o direito e as demais dimensões das relações internacionais estavam a reboque da política.

O ato de genialidade se mostrou quando assumiu que tinha clareza de que relações internacionais e política internacional são coisas distintas e esta é uma das dimensões daquela, mas que eram equivalentes devido às circunstâncias históricas, pois era um momento em que todos os demais fenômenos e dimensões eram dependentes do que ocorria na política internacional. É importante lembrar: equivalente não é igual. De acordo com a Lógica, são coisas distintas que produzem o mesmo efeito.

Assim, o ato de genialidade propiciou o salto teórico, pois daí foi possível adotar um corpo de conceitos que lhe dava condições de explicar as relações no mundo, entender a ordem mundial, definir hierarquias, estabelecer as formas de ação, prever comportamentos e estabelecer um conjunto de questões suficientemente específicas e outro conjunto com amplitude adequada para propor um programa de pesquisa (sem alusão a Lakatos) com caráter e pretensão científica, ou com objetivos de sedimentar esta construção.

Não se está afirmando que a Teoria de Aron gerou a ciência Relações Internacionais, ou que é o melhor corpo teórico. Seus conceitos, embora usuais, são limitados a certo recorte da realidade e não dão conta do equacionamento dos problemas atuais.

A grandeza de sua teoria está no esforço intelectual e na estruturação de uma pesquisa que respeitou as exigências daquilo que deseja para um conhecimento ser dito científico: que explique um fenômeno; que controle este fenômeno; que faça previsões sobre o seu comportamento.

Explicitamente, ele assumiu que buscava uma teoria que cumprisse essas exigências para o fenômeno internacional. Suas respostas foram

importantes porque auxiliaram na limpeza e enquadramento do objeto de estudo e permitiram que se levantassem questões certas, algo que realmente contribui para o surgimento de uma ciência. É importante ter em mente que: **dar respostas certas é relevante, mas o essencial é fazer as perguntas corretas, pois, assim, um processo nasce e é possível estabelecer um programa. Com as perguntas certas se consegue identificar o que há de específico num campo de estudo, autonomizando-o em relação aos demais. Isso tem de ser levado em conta para os Estudos de Defesa, se desejam adquirir o status científico.**

3. O que Ocorreu com as Relações Internacionais poderá ocorrer com os Estudos de Defesa?

3.1 Introdução: a mudança requer novos comportamentos

Apesar da contribuição teórica de Aron, sua abordagem ficou circunscrita aos anos 60 e 70 do século XX, pois ao longo das duas últimas décadas o mundo passou por transformações que fizeram de sua teoria instrumento débil para entendê-lo⁵.

O mundo mudou mais do que desejaram os internacionalistas, os politólogos e os sociólogos, embora menos do que quiseram os ideólogos e também menos do que foi previsto por economistas, apesar de as mudanças estarem seguindo o rumo que alguns deles indicaram.

Mas essas mudanças não devem entristecer o intelectual, pois, não raro, seus constructos teóricos também foram responsáveis por elas, mesmo que como resultado eles tenham se tornado ultrapassados.

Para melhor entendermos como o mundo está organizado atualmente e assim compreender os passos dados pela ciência Relações Internacionais, é importante definir no que consiste o fenômeno que ela estuda e também refletir sobre um dos agentes que representará os novos atores na ordem mundial contemporânea. É interessante observar que, à medida que a disciplina se sedimenta como campo independente, novos profissionais, ou tipos de profissionais vão surgindo reivindicando seu espaço.

⁵. Deve-se acrescentar que Aron foi citado apenas para ilustrar uma afirmação. Poderiam ser citadas mais de duas dezenas de autores que fizeram contribuições tão brilhantes quanto as suas. Mas já é consenso entre os especialistas que ele, juntamente com Carr e Morgenthau, é o um dos papas que forjaram os pilares da Igreja, embora tenham aparecido outros tão importantes quanto o trio.

Esse novo profissional das relações internacionais poderá representar qualquer tipo de ator, desde que assuma a perspectiva daquela entidade que o contrata, enquanto pensa as suas necessidades ou trabalha em seu nome no processo recente de “governança global” - outra novidade que o mundo contemporâneo tem feito todo esforço para parir.

Percebe-se que este novo profissional tem sido reivindicado pelas instituições, sejam elas governamentais, ou não governamentais. Também está sendo solicitado para trabalhar nas Organizações Internacionais, mas, principalmente, para as corporações empresariais, públicas e privadas. Diríamos que ele será essencial para as Organizações não Governamentais Internacionais e para as corporações privadas à medida que o presente fluir.

O seu nome é Diplomata Corporativo. Defini-lo, entendê-lo e mostrar como surgiu sua necessidade ao longo do último quarto do século XX auxilia-nos na compreensão da atual dinâmica das relações internacionais, da nova forma de relacionamento entre os atores que jogam no tabuleiro mundial e a intuir como serão as relações de poder no mundo neste futuro que se avizinha.

Para os objetivos deste ensaio, o entendimento das mudanças nas relações internacionais e do processo de autonomização da disciplina, bem como a compreensão de como surgiu o novo profissional possibilita-nos indagar se não poderá ocorrer algo semelhante em relação aos Estudos de Defesa.

3.2 O Universo das Relações Internacionais

Observando as relações internacionais, percebemos que são três histórias que precisam ser contadas para entender como a disciplina se autonomizou em relação às demais ciências: a história da disciplina acadêmica Relações Internacionais com pretensões de ser ciência; a história das teorias políticas, filosóficas e sociológicas que acabaram fornecendo explicações sobre a dinâmica das relações entre os povos (isso começou antes do surgimento da disciplina RI) e a história do fenômeno relações internacionais.

Quanto à primeira história, a da disciplina acadêmica, é fato que seu nascimento se deu em virtude da Primeira Guerra Mundial, quando, no seu término, a opinião pública exigiu a punição dos culpados pela guerra e a criação de condições para que tais tipos de conflitos não mais ocorressem. Emergiu a necessidade de se produzir conhecimentos sobre a realidade das relações internacionais, sendo criadas, no momento, cátedras da área em alguns países.

Concretamente, podemos dizer que, como matéria curricular de um curso universitário, se apresenta a partir da criação da primeira cadeira de política internacional em 1919, na Universidade de Gales (Aberyswyrth), com a cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional e, em 1920, na Inglaterra, com o Royal Institute of International Affairs (Gonçalves: 2004, 30).

Houve a expectativa entre os intelectuais de que a construção da ciência Relações Internacionais pudesse solucionar as questões relativas às guerras entre os povos, pois o real objetivo que se propunha era que a disciplina representasse o estudo da ordem mundial. Identificando-se as condições que propiciariam a ordem, estariam solucionadas as questões relativas à paz e à guerra. Afinal, sendo uma ciência, conseguiria para as relações internacionais aquilo que, como foi dito, as ciências pretendem em seus respectivos campos: que explique um objeto, controle-o e faça previsões sobre o seu comportamento.

A outra história também tem significativa importância para se entender às questões epistemológicas da ciência RI pelo fato de já em séculos anteriores terem surgido pensadores que fizeram abordagens do fenômeno internacional, mas não tiveram interesse direto nas questões que lhes dizem respeito.

Caso flagrante é o de Hobbes, no século XVII, que objetivava explicar as raízes do poder político e, para fazê-lo, adotou e produziu vários conceitos. Um adotado é o de *estado de natureza*. Hobbes alertou para o fato de que tal condição era uma ficção, pois não havia como observar um extenso agrupamento humano nesse estado. No entanto, tal situação era percebida nas relações entre os povos. Sua afirmação, ainda hoje, é um dos postulados da condição internacional para grande maioria dos teóricos que percebem a realidade internacional sob essa condição anárquica, uma vez que não existe um Estado mundial e os atores que se relacionam não renunciaram ao direito natural de usar da violência para alcançar os respectivos interesses.

Outro exemplo bem interessante é o de Alfred Tayer Mahan, o almirante da Marinha americana que, ao estudar o império britânico, produziu uma teoria do poder baseada na determinação dos fatores geográficos para estabelecer o comportamento dos Estados em sua luta por constituição, sobrevivência e expansão. Desenvolveu a tese da “Influência do Poder Marítimo sobre a História” resultando em um livro de mesmo nome. A teoria se desdobrou em teses secundárias e, juntamente com a publicação e produção de teses semelhantes de vários geógrafos do final da segunda metade do século dezenove, levou à consolidação da geopolítica.

Essa disciplina foi considerada por muitos autores no século XX, até período recente, como uma teoria das RI. Por outros, como uma ciência autônoma, embora preferimos considerá-la como uma teoria do poder político, estruturada a partir da condição geográfica dos Estados. Estaria mais para um instrumento usado na elaboração de grandes estratégias e para a formulação de políticas externas que para uma teoria com o objetivo de explicar a ordem mundial. Contudo, somos obrigados a aceitar que está inserida no universo das teorias das RI, pois, à medida que a geopolítica objetiva mostrar como o poder do Estado se constitui, ela define os passos necessários à execução das políticas externas dos Estados e, por isso, pinta um quadro possível da estrutura da política internacional, mesmo que com muitos vícios determinísticos.

Acrescente-se que se consolidou como um dos principais instrumentos para a análise da política internacional no século passado. Preferimos considerá-la como uma expressão da teoria realista das relações internacionais, pois está totalmente inserida no seu quadro conceitual, apesar de a teoria realista ter se desenvolvido posteriormente, no final da década de 1930 e, principalmente, depois da Segunda Guerra Mundial, com a obra de Hans Morgenthau, “A Política entre as Nações”.

Essa história das teorizações não intencionais sobre o fenômeno internacional distingue-se da história da disciplina pelo fato de não existir nenhuma pretensão de construir uma ciência autônoma, com metodologia específica e configuração adequada de um objeto. As explicações das relações internacionais não constituíam o centro das atenções, sendo um resultado periférico. Trouxeram, contudo, esclarecimentos e, principalmente, com o processo de libertação da disciplina, auxiliam-nos a perceber o problema da delimitação do objeto relações internacionais, problema ainda hoje complexo. Acreditamos que este é um mal do qual os Estudos de Defesa parecem também sofrer.

Para entender as questões contemporâneas, dentre elas como se estrutura a dinâmica atual das relações de poder e como se deu o surgimento do diplomata corporativo, o profissional resultante da nova realidade, é importante que se centre o foco na terceira história: a do fenômeno relações internacionais. Num primeiro momento é importante reconhecer que o fenômeno das relações internacionais sempre ocorreu, tendo se mostrado claramente desde a antiguidade clássica, algo que foi explicitado por Tucídides, na “História da Guerra do Peloponeso”. Analisando a expressão “relações internacionais” poderemos corroborar essa afirmação, até mesmo como decorrência lógica dos elementos que a constituem. São

dois termos que devem ser explicados, aceitando-se que o signo “inter” é intuitivo e significa apenas *entre*.

O primeiro é o termo relações⁶. Deve ser entendido como **contatos permanentes visando alcançar interesses por meio de trocas, sejam essas trocas de que natureza for: econômicas, culturais, políticas, militares etc.**

A constância do contato é essencial para que se possa estabelecer uma relação entre partes que se buscam, ou são obrigadas a se contatarem, devido às necessidades específicas de cada uma; graças às carências próprias que a obrigam a comerciar com os vizinhos; ou devido à incapacidade de se livrarem uma da outra porque disputam bens, ou porque ocupam um espaço contíguo.

Isso traz à tona o fato de que as relações entre essas partes se dão de acordo com a capacidade de comunicação e com a evolução tecnológica de uma época, pois, somente em função da capacidade de trocar informações em tempo hábil, bem como da capacidade do transporte, é que o contato tangencial poderá se tornar uma relação.

Constatando-se o estabelecimento de relações entre partes que se procuram, ou são obrigadas a se contatarem, percebemos que o problema principal se transporta para a identificação de quem são as partes que se relacionam, produzindo interações e se relacionando. Neste momento surgem algumas das razões pelas quais o objeto relações internacionais é tão nebuloso. O problema está na palavra **internacional**, que se compõe de dois pedaços: o primeiro, **inter**, não é problema, como já afirmamos anteriormente, mas o segundo, **nacional**, não corresponde à realidade dos fatos e produz distúrbios de concepção que nos levariam a pensar que relações internacionais são um fenômeno recente da realidade humana.

Fica mais fácil compreender o problema quando aceitamos que o termo, quando estava sendo desenvolvido e usado no contexto das relações internacionais, queria designar coisa distinta do seu próprio significado. Não é a toa que seu substituto imediato é a palavra **Estado**, uma vez que, intuitivamente, era isso que se desejava expressar. Para a época, adotava-se como correto o pressuposto de que uma sociedade era composta de uma nação e a nação antecedia a construção de um Estado. Os dois termos eram vistos de forma tão íntima que, ao longo dos séculos XIX e XX, desdobrou-se num composto: Estado-Nação.

Mas, o próprio termo Estado também se refere a algo recente. Como nos diz Norberto Bobbio, é um termo que foi usado para designar uma nova realidade, para dar conta de uma nova construção das

⁶. Para não problematizar excessivamente, não refletiremos sobre o termo relação no conceito Weberiano de relação social.

relações de poder e de organização das sociedades⁷, que, no limite, veio para designar um tipo de “organização política” que nasceu na idade moderna.

A questão está em que não devemos nos referir ao Estado, mas, como ainda nos informa Bobbio, à “*organização política*”, a qual se configura e expressa pelas instituições que organizam as relações de poder de uma sociedade. Percebe-se que este termo apenas se refere à feição moderna de um fenômeno sempre presente, embora seja quase consenso entre os cientistas políticos que o Estado Moderno não tem continuidade com os tipos de organizações políticas anteriores na história. É algo específico de uma época, surgido para dar conta de organizar novas realidades derivadas do esgotamento do mundo feudal. Da análise de Bobbio, podemos concluir que quando pensamos em Estado no sentido lato, pensamos em Unidades Políticas, ou seja, em tipos de organização das relações de poder que fazem existir uma sociedade. Se quisermos designar o fenômeno no sentido estrito, teremos de adjetivá-lo. Ou seja, teríamos o Estado antigo, o grego, o moderno, o contemporâneo etc. Dessa forma, podemos usar o termo para designar o fenômeno Unidade Política ao longo do tempo sem incorrer em problemas conceituais. Mas, apenas os realistas, principalmente o grupo radical, consideram que são os Estados, ou seja, as Unidades Políticas, que tecem relações internacionais. Nesse sentido, poderíamos dizer que somente um grupo, talvez o mais importante, quando não o mais barulhento, posiciona-se igualando ou equivalendo relações internacionais às relações inter-estatais.

No entanto, a partir do último terço do século XX, principalmente nos últimos vinte anos, emergiram vários outros tipos de atores apresentando-se como partes autônomas, relacionando-se no cenário internacional e agindo além das realidades circunscritas ao interior das unidades políticas. Alguns já existiam (nem que fossem apenas como precursores), mas apenas recentemente eles adquiriram capacidade para reivindicar seus interesses.

Podemos, então, definir relações internacionais como **contatos permanentes estabelecendo uma rede de relações entre atores cujos tipos e quantidades se alteraram ao longo da história em função de uma série de aspectos (econômicos, científicos, tecnológicos, geográficos, políticos, morais etc) que lhes deram poder de ação em um cenário ampliado, capacitando-os a influenciar, ou determinar a conduta de outros atores. Por esses contatos objetiva-se alcançar**

⁷ Conferir: BOBBIO, Norberto. Estado Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política. Parte III. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

interesses por meio de trocas (sejam de quais naturezas forem essas trocas: econômicas, políticas, culturais, militares etc.)

Para que a definição não caia num limbo epistemológico, não se distinguindo do fenômeno social como um todo, é necessário um elemento que seja especificamente seu. Assim, deve-se completar a análise da expressão acrescentando que as relações desses atores constituem uma estrutura, cuja principal característica é a ausência de um poder sobreposto a eles para definir, condicionar suas ações e punir os atos transgressores. Ou seja, a anarquia, no contexto hobbesiano, é o elemento distintivo para dar unidade ao fenômeno. Assim, a forma de configurar o fenômeno se dá pela definição do espaço em que se constituem esses contatos.

Pode parecer banal, mas, afinal de contas, qual é o espaço internacional? Normalmente, para o público contemporâneo, quando se fala desse ambiente todos pensam como sendo o mundo. Ledo engano, pois um olhar na história mostra que a sobreposição do mundo com o ambiente internacional é uma construção iniciada nos grandes descobrimentos do final do século XV até se constituir, definitivamente, ao longo do século XIX. É por força do hábito que acabamos igualando um conceito geográfico a um conceito de outra ordem, predominantemente político.

Talvez o façamos porque a realidade internacional só se concretiza diante da realidade geográfica na qual ela é efetivada, mas, como foi afirmado, nem sempre esse ambiente se apresentou englobando o mundo. Durante grande parte da história foram porções geográficas do mundo os espaços internacionais. Mas, de tão óbvio, parece que isso tem sido ignorado.

Conseguindo evitar a armadilha do uso de um termo inadequado para expressar realidades diversas, é possível compreender o espaço internacional pelo tipo de estrutura que os contatos entre os atores constituem. Poderíamos, então, dizer que a análise da expressão se completaria afirmando que “relações internacionais” são **contatos permanentes estabelecendo uma rede de relações. Por esses contatos objetiva-se alcançar interesses por meio de trocas (sejam de quais naturezas forem essas trocas: econômicas, políticas, culturais, militares etc.) entre atores cujos tipos e quantidades se alteraram ao longo da história em função de uma série de aspectos (econômicos, científicos, tecnológicos, geográficos, políticos etc) que lhes deram poder de ação em um cenário ampliado, capacitando-os a influenciar ou determinar a conduta de outros atores. Nessas relações eles constituem um sistema internacional, estabelecem uma sociedade internacional e**

definem uma vida internacional, pois não há sobre eles nenhum poder que determine e julgue seus comportamentos e puna suas transgressões.

Refletir sobre a distinção entre sistema, sociedade e vida internacional é importante e será feito mais adiante. Agora será mostrado como surgiu o profissional denominado diplomata corporativo e no que ele consiste⁸, pois a sua substância tem a mesma configuração da natureza dos demais entes que dão existência às relações internacionais no mundo atual e, talvez, ele seja uma antecipação da realidade acerca do profissional civil que a contemporaneidade exige em termos de conhecimentos sobre Defesa.

Ele surge no momento em que os novos tipos de atores se firmaram como sujeitos, comportando-se quase da mesma forma como as unidades políticas. A principal diferença é que esses tipos de atores não são detentores da capacidade de fazer a guerra, mesmo que estejam jogados num ambiente anárquico, que, se deve destacar, está cheio de estrangimentos morais, de contratos e de tratados.

À medida que foram emergindo, começaram a se manifestar buscando atingir seus interesses com autonomia suficiente para podermos afirmar que os objetivos intentados não são semelhantes aos dos Estados nos quais estão baseados, ou dentro do qual estão vivendo. Muito menos que lhes representam. Há vários tipos novos se relacionando no ambiente internacional e podemos citar ao menos quatro: as Organizações Internacionais, também chamadas Instituições Transnacionais, embora haja distinções sutis entre os conceitos (ONU, OMC, OEA, BANCO MUNDIAL etc.); as Organizações Não Governamentais Internacionais (Cruz Vermelha Internacional, Greenpeace, Human Rights etc.); as Corporações Multinacionais (GE, Microsoft, Ford, Gerdau etc.) e os Atores Difusos (Terrorismo, Crime Organizado, Narcotráfico etc.), que alguns autores preferem denominar por Atores Ilícitos⁹.

⁸ Para maiores esclarecimentos sobre a discussão teórica no universo das Relações Internacionais, consultar o artigo: SUANO, Marcelo José Ferraz. O discurso teórico nas Relações Internacionais. *Cívitas. Revista de Ciências Sociais. Política Internacional*. Porto Alegre – volume 5 – N 2 – jul.-dez. 2005. A parte que discorre sobre a expressão relações internacionais, foi transcrita desse artigo com algumas alterações das páginas 254-258.

⁹ Outros tipos poderiam ser citados, mas esses são suficientes para o que propomos. Os Estados (Unidades Políticas) são os atores tradicionais. Alguns autores colocam o indivíduo como ator das relações internacionais. Essa é uma questão complexa e sua resposta exige uma análise bem mais ampla. Teóricos, como Duroselle em “Todo império Perecerá”, fazem uma abordagem que dá ao indivíduo um papel importante, mas ele não se posiciona como um sujeito que defende seus interesses pessoais, mas sim como alguém que interfere.

Cada um tem um interesse específico, mas todos agem em função de suas necessidades de existência. Para cada um, é necessária análise própria, mas todos acabam adotando formas semelhantes de agir.

3.3 Quando entram os novos atores, surgem novos técnicos

Acreditamos que a dimensão que mais propiciou essa transformação da realidade foi à econômica e sobre as modificações estruturais que se processaram é que esses atores puderam romper as amarras que lhes prendiam ao Estado¹⁰.

Quanto as Organizações Internacionais elas são anteriores e foram se construindo ao longo da história, mas sempre estiveram presas às vontades das unidades políticas que lhes davam vida. Bastava que uma suficientemente forte desistisse de fazer parte dessa instituição para que ela definhasse, ou chegasse à extinção.

Elas precisaram ter certeza de que poderiam representar algo além dos interesses dos Estados contratantes para poder reivindicar vida própria e, por mais que se tente negar, elas deixaram de ser apenas espaços para debate quando outro tipo de ator, as corporações multinacionais mostraram que eram capazes de negociar seus interesses independentemente, mesmo que tais interesses fossem prejudiciais ao país nos quais estavam sediados.

Essa ousadia revelou que o tecido da realidade internacional estava sendo costurado por fios de natureza diversa da natureza daqueles fios de outrora. Revelou também que os Estados não poderiam mais exigir subserviência de todos os entes que bailavam nas relações internacionais. Eles continuaram a ser os mais importantes, porque, no limite, ainda podem fazer a guerra, mas descobriu-se que ela só pode ser iniciada sob condições que estão além da vontade dos líderes. Para melhor compreender as transformações da realidade internacional, devemos observar também o processo de autonomização das Corporações Multinacionais, pois elas passaram a não recorrer aos Estados para garantir a consecução de seus interesses quando a nova realidade da economia internacional se concretizou.

Acreditamos que o indivíduo sempre se apresenta por meio de algum outro ator. É possível afirmar, contudo, que com o desenvolvimento da sociedade internacional e o desenvolvimento do direito internacional, principalmente com a consolidação do Tribunal Penal Internacional, o indivíduo aparecerá como um ator, pois terá personalidade própria podendo reivindicar seus interesses. É difícil afirmar se quando isso ocorrer poderemos denominar a realidade produzida como relações internacionais. Outro nome terá de ser criado.

¹⁰. Aqui não se vai entrar em discussões acerca da Teoria do Estado, nem fazer debate com a concepção marxista, pois as dimensões do ensaio não comportam.

Foi graças às transformações da cadeia produtiva que as corporações multinacionais tornaram-se independentes e isso se deveu ao fato de as empresas terem se globalizado. O fato de uma corporação ter etapas produtivas em regiões distintas do globo permitiu que sua interação com os Estados se desse em outro patamar e auxiliou naquilo que Robert Keohane identificou como “a redução da capacidade de uma unidade política tomar decisões unilaterais”.

É interessante entender que, hoje, a unilateralidade das decisões estatais continua ocorrendo, vide a Guerra do Iraque em 2003, mas inadequada, pois os ganhos políticos e econômicos são irrelevantes na relação de custo e benefício.

É possível afirmar, inclusive, que, atualmente, uma guerra entre Estados sempre levará em conta o grau de inserção das partes envolvidas no processo integrado de produção da economia global. Assim, não é errado dizer que, hoje, esse é o fator determinante para definir a probabilidade de uma guerra ocorrer.

Difícilmente se dará entre grandes unidades políticas, sendo mais provável entre pequenas, desde que uma guerra entre pequenos não afete o funcionamento da economia e a dinâmica internacional. O mais provável, porém, é que se dê entre um grande e um pequeno e, para que ocorra tem de ser seguro que o pequeno está fora da cadeia de produção mundial. Quanto mais inseridos na cadeia produtiva, menor será a probabilidade de envolver-se em guerra. Quanto menos inseridos, maior a probabilidade. Guerra entre pequenas potências terá maior, ou menor interferência das grandes potências para encerrá-la, ou impedi-la, em função também das respectivas inserções dessas pequenas unidades políticas na cadeia produtiva global, ou de envolver aqueles que estejam. Ao que tudo indica, essa é a nova regra.

A atual realidade permitiu a uma corporação multinacional sentar à mesa de negociações e dizer que os valores que defendem são os seus valores e não os de uma determinada cultura, da mesma forma que os interesses são os seus e não os de um determinado Estado. Não seria arriscado afirmar que até mesmo a matriz de uma multinacional se localiza num país apenas pela segurança que sua economia dá à empresa. Nada impedirá uma mudança de sede caso a economia de um país fique instável ao ponto de colocar em risco os interesses da corporação, independente de ela ter ali suas raízes culturais.

Neste cenário, proliferaram os números de atores, agora de espécies diferentes. Mas, se essa é a nova realidade, os novos sujeitos que passaram a defender seus interesses no debate mundial, precisam de agentes. No caso das corporações, observamos que necessitam de um profissional que pense as estratégias empresarias inseridas nesse

contexto em que a cadeia produtiva está globalizada e a realidade política e social está internacionalizada.

Não se pode mais pensar as estratégias empresariais apenas observando-se os 4 Ps (Produto, Preço, Praça e Promoção)¹¹ para definir o Marketing, seja ele doméstico ou global. As escolhas dos estrategistas empresariais dependerão do nível de conhecimento que eles tiverem e da capacidade de compreenderem a dinâmica das relações internacionais. Compreender como se definem as políticas públicas de uma unidade política, principalmente a política externa; como se dão os trâmites diplomáticos; como se dá a configuração das relações de força no sistema e subsistemas internacionais; como se estrutura a sociedade internacional; como se dá a dinâmica da paz e da guerra entre os povos, como fazer uma análise de conjuntura da política internacional para a região de seu interesse e como montar uma estratégia de aproximação e confronto com os demais atores do sistema.

Fazendo analogia, o papel do Diplomata Corporativo para a empresa é semelhante ao que tem o Ministro das Relações Exteriores para um Estado, pois o ministro é o componente de uma diretoria, habilitado a montar uma equipe que seja capaz de pensar estratégias para buscar, negociar e defender os interesses de um país no cenário internacional.

Chegou-se a pensar que o papel de um diplomata corporativo seria o de administrar estratégias de comunicação, trabalho mais próximo ao de relações públicas internacional, marcando reuniões e auxiliando na negociação. Seria apenas um assessor, ou executor. É uma leitura possível do seu papel. Contudo, esta não é a função principal. Ele é um estrategista, pois é um homem do marketing com um conteúdo diferenciado. Resulta da fusão do Marketing com as Relações Internacionais, retirando de cada uma dessas disciplinas os conteúdos e instrumentos que lhes são necessários. Para executar as rotas que ele define existem outros profissionais.

Um exemplo típico de profissional que executa as estratégias concebidas por esse estrategista é o especialista em comércio exterior. Sabendo que a dinâmica das relações internacionais se estrutura em várias dimensões, como a política, a econômica, a jurídica, a militar, a cultural etc., pode-se afirmar que, na dimensão das relações econômicas, o especialista em comércio exterior é o profissional que executa a entrega do produto comercializado. Ele é o tático que viabiliza a estratégia com planejamentos específicos na execução. Mantendo a mesma comparação, para um Estado o executor de sua política externa é o diplomata de carreira.

¹¹ . Hoje, os especialistas em marketing já refletem com até dez Ps.

Fica uma pergunta interessante: se, por analogia, o diplomata corporativo exerce papel mais próximo ao de um ministro e não ao de um diplomata, porque não ser chamado de “Ministro Corporativo”. São três as razões: primeiro, o termo diplomata, pela própria tradição, traz à tona a dimensão internacional em toda a sua plenitude. Afinal, automaticamente, associa-se ao papel do diplomata ser o representante de um país no mundo, embora não seja apenas essa a sua função, e também a de negociador, que é a segunda razão. O termo diplomata traz a noção de que se trata de um negociador, pois deve ser um homem treinado para tal. A terceira razão é que o termo ministro leva a pensar na tarefa de estrategista, o que está correto, mas isso se objetiva expressar como o termo corporativo fazendo alusão ao mundo empresarial. Dessa forma, a expressão “Diplomata Corporativo” traz a idéia de que temos **um estrategista empresarial que entende a dinâmica das relações internacionais e sabe fazer a negociação adequada.**

Profissionais do marketing que já trabalham como diplomatas corporativos afirmam que, além disso, ele também é **um profissional especializado, capaz de entender e influenciar as “variáveis externas não controláveis” que afetam a competitividade das empresas e corporações pertencentes a determinado setor econômico ou grupo de empresas que este profissional representa.**

Essa definição é interessante, mas, normalmente, os profissionais que assim agem, no limite, são lobystas, mesmo que não saibam disso.

A diferença entre eles e os lobystas assumidos é que, enquanto estes estão fora da empresa, aqueles participam do seu planejamento de marketing, cabendo-lhes montar as estratégias de lobby, caso seja necessário. Nos Eua há um termo específico para expressar isso: é *advocacy*¹². A questão internacional surge apenas porque são obrigados a negociar com agentes estrangeiros e não porque fazem uma análise da conjuntura internacional para entender o ambiente em que estão inseridos. Como é possível notar, seria um erro enquadrá-lo nessa função. Cabe, agora, discorrer um pouco sobre sua ação e qualificação.

Ao realizarem a análise de conjuntura das relações internacionais, os diplomatas corporativos devem ser capazes de entender as políticas públicas internas e externas das unidades políticas que estão envolvidas no jogo, além da natureza e dos interesses dos demais

¹² . Também adotado no Brasil pelas Câmaras Americanas de Comércio (AMCHAMs)

atores que também estejam negociando, pois eles afetam os interesses e definem o comportamento de uma empresa, ou grupo de empresas.

Como as empresas estão inseridas num ambiente globalizado, fatores que variam da infra-estrutura até os valores de determinados grupos interferem diretamente no resultado final, pois o ambiente está cada vez mais interconectado.

Para dar conta desse fato o profissional deve ser capaz de entender questões multidisciplinares e transdisciplinares, transitando do Direito à Economia, algo que é possibilitado pela disciplina Relações Internacionais, pois, hoje, o ambiente doméstico está internacionalizado.

Cabe perguntar: se o Diplomata Corporativo é um profissional característico das corporações, tanto que o nome deriva de reflexão sobre a realidade das empresas, ele deve ficar limitado às corporações, ou pode ser um agente de outro tipo de ator, como, por exemplo, as Organizações Internacionais Não Governamentais? A resposta é sim. Mesmo as ONGs, hoje, comportam-se como empresas que buscam recursos no mercado, oferecendo um produto, ou fornecendo um serviço. No caso do produto, ele é um valor qualquer que represente um grupo, uma sociedade, ou a humanidade. Por exemplo: a ecologia, a liberdade, o ser humano, as crianças, os direitos de grupos específicos etc. No caso dos serviços, fornecem estratégias para defender direitos, buscar a consecução de valores ou a sua disseminação.

Assim, os Diplomatas Corporativos podem agir em qualquer esfera, pois o profissional é a penas um agente especializado para entender à realidade atual, apresentar estratégias para defender os interesses dos demais atores não estatais e negociar esses interesses com os demais jogadores do processo.

A questão da corporação veio à tona porque as empresas estão mais avançadas na negociação de seus objetivos individuais. Como assumem essa realidade, reivindicaram o profissional com antecedência. É mais difícil para uma ONG dizer que está defendendo seus interesses, pois a propaganda anuncia que busca concretizar um valor que transcende a si própria.

O mesmo se pode dizer para uma Organização Internacional. Contudo, o profissional será o mesmo: um estrategista que pensa formas de alcançar os interesses da organização que representa, pois a realidade é a mesma para todos, embora com certas especificidades. Ademais, ela caminha para estruturar uma forma diferente de fazer relações internacionais.

3.4 O que é o novo mundo?

A principal característica da realidade contemporânea é uma indecisão sobre o que está nascendo. Parte dos teóricos acredita que caminhamos para a construção de uma “aldeia global”, mas essa afirmação não tem sentido, mesmo porque não é esclarecido no que ela consiste, como se estruturará e quais são os elementos que poderão colocá-la em pleno funcionamento. Ademais, é pouco provável que a aldeia global vendida nos comerciais de TV se realize. Para entender o que está acontecendo no mundo atual é preciso desvelar um fato: ou não temos ainda configurado o sistema internacional do pós-1989; ou, na dinâmica das relações internacionais do século XXI, o conceito de sistema internacional está caduco e terá de ser substituído pelo de sociedade internacional, pois é esta a realidade que viveremos a partir deste século.

É importante lembrar que numa análise do conceito de sistema internacional e na observação de sua sucessão histórica, identificaremos que sempre ocorre uma “guerra geral”¹³ para que surja outro sistema. O problema é que na ocasião da queda da União Soviética e, junto com ela, de quase a totalidade dos Estados socialistas que estavam na sua esfera de influência, não ocorreu essa guerra. O “Oriente” perdeu devido ao seu esgotamento físico antes de ocorrer o combate direto, criando um torpor coletivo pela surpresa do acontecimento. Daí ter surgido tantas dúvidas sobre o que estava ocorrendo e sobre o que viria a seguir.

No mesmo momento, a questão da sociedade internacional também gerou muitas reflexões e por isso precisa de esclarecimentos. Os epistemólogos da ciência Relações Internacionais afirmavam e afirmam que a única razão de existência do fenômeno internacional é o fato de não haver uma sociedade internacional, pois, caso houvesse, teríamos um Estado mundial, com um governo mundial, definindo os comportamentos de todos os habitantes do globo, de acordo com uma Constituição que regeria mundo. Ou seja, não teríamos relações internacionais, mas relações civis.

É perceptível que esses teóricos baseiam suas reflexões no conceito hobbesiano de sociedade, no qual, para haver ação coletiva, é necessário existir um ator que detenha o monopólio legítimo da força, o qual lhe permite definir as regras de aplicação comum e punir aqueles que não as cumprirem. Ou seja, só aceitam a idéia de

¹³. Uma guerra que envolve todos os grandes Estados do sistema internacional e, por envolver os grandes, produz como resultado a substituição de peças chave na definição das regras que configuram as relações internacionais. Ao final da guerra, com novos grandes, surgem novas regras, daí nasce um novo sistema.

sociedade internacional com a construção de uma cidadania universal, ou mundial, definida por um Estado mundial que garantiria os direitos e deveres para todos os povos do globo e punindo aqueles indivíduos que não seguissem as regras universais. Esquecem outras concepções sobre a origem de sociedade, como a Lockean, por exemplo, que admite a sua existência antes do surgimento do Estado, pois, na lógica da gênese da sociedade, os homens, ao se agruparem, estabelecem ações coletivas propiciadas por trocas econômicas, as quais se formam antes do pacto político que origina o Estado. O Estado surge com a função de proteger os direitos daqueles contratantes, principalmente para garantir suas propriedades, das quais a mais importante é a propriedade de si mesmo. Essa é uma concepção que pode estar mais próxima da realidade em que vivemos. E não será surpreendente se o século XXI mostrar que John Locke está certo para esta época em que vivemos. Quando caiu o muro de Berlim, surgiram muitas interpretações indicando qual era a nova configuração da ordem mundial. As discussões indicavam que os EUA estavam construindo um império e o mundo estava configurado numa unipolaridade. Parte dos analistas acreditava que, sem outro ator estatal de peso, nada poderia contrapor o poderio norte-americano, já que os EUA, única superpotência que restou, tinham capacidade travar duas guerras simultâneas, em duas frentes distantes do globo e vencer as duas. A diferença de poder entre os norte-americanos e os demais países do mundo era tão grande que ninguém seria capaz de impedir a concretização do império, tanto que a expressão mais comum usada por todos era que estava nascendo a “pax americana”. Eles acertaram no uso do termo paz, mas esqueceram que há conseqüências teóricas derivadas do conceito, pois ele significa o status de um sistema, que só existe porque há certa estabilidade garantida pelas relações de força entre as partes que o constituem. É a isso que os teóricos das RI denominam paz. Contudo, a paz não gera uma estrutura internacional, mas decorre dela. Daí surgirem modelos de paz, que representam tipos de estabilidade na ordem internacional. Falar de “pax americana” era o mesmo que dizer que se estava construindo um império americano, o que equivale a afirmar que haveria uma paz por império no sistema internacional que estava nascendo, mesmo que não soubessem, ou que não quisessem assumir o que estavam dizendo. A questão fica mais clara se entendermos, como também nos explicou Raymond Aron em “Paz e Guerra entre as Nações”¹⁴, que há

¹⁴ . Aqui se recorre novamente a Aron, porque esta terminologia que foi usada pelos analistas na época lhe pertence e isso exige que nos reportemos a ele.

três tipos de paz resultantes dos modelos possíveis de sistema internacional: a “paz por equilíbrio”; a “paz por hegemonia” e a “paz por império”. A diferença entre elas é clara e significativa. A primeira se dá quando há equilíbrio de poder entre os atores que definem as regras do sistema internacional; a segunda, a “paz por hegemonia”, ocorre quando um ator é capaz de fazer a guerra e vencer todos os demais atores do sistema, individualmente, mas não coletivamente; e a terceira, a “paz por império”, quando um ator é capaz de fazer a guerra e vencer todos os atores coletivamente.

O que os analistas estavam dizendo era que, no pós-89, os EUA estabeleceriam uma paz por império porque tinham capacidade de fazer a guerra e vencer todos os demais atores do sistema coletivamente. Assim, definiriam as regras da realidade que nascia sem necessitar consultar ninguém.

Esses analistas cometeram alguns erros de avaliação, que é necessário destacar:

1. apesar de concordarmos com a tipologia criada por Aron sobre a paz, tipologia que foi a adotada por esses intérpretes, o momento em que Aron criou a teoria era o das décadas de 60 e 70, quando os únicos tipos atores relevantes da realidade internacional eram as unidades políticas, ou seja, os Estados, uma vez que, segundo o teórico, eram os únicos capazes de definir as regras de relacionamento no mundo, pois tinham poder real, expressado na capacidade de fazer a guerra;
2. No final da guerra fria os analistas não conseguiram perceber que a dinâmica da economia internacional era outra. Ficaram presos nas discussões infrutíferas se a globalização era uma ideologia, ou não. Pior, dedicaram muitas horas a debater os efeitos funestos da ideologia da globalização financeira para os povos mais pobres, ao invés de entender as vantagens que o fenômeno poderia trazer, principalmente para ser um entrave às guerras no futuro, e descobrir como os povos, indivíduos e governos poderiam negociar nas melhores condições com o nervosismo e a pressa do capital;
3. não observaram que, com as transformações na economia internacional, muitos outros atores começaram a surgir no ambiente, reivindicando autonomia e começando a complexizar um tipo de relação que, até a emergência desses novos atores, era simples, embora mais instável e propício a gerar muitas guerras;
4. não entenderam que o mundo nascente reivindicava que, ao lado das grandes potências, as instituições e organizações não governamentais deveriam exigir espaço de ação. Além delas, as empresas multinacionais também iriam entrar com mais liberdade no jogo e ignorariam suas raízes culturais, até ancestrais, em prol da racionalidade econômica.

5. não notaram que atores ilícitos teriam liberdade para interferir no jogo, participando em igualdade de condições.
6. Em síntese, os analistas interpretaram a nova realidade tentando enquadrá-la nas teorias que dispunham, ao invés de olhar o mundo sem negar os fatos, buscando os elementos que configurariam essa realidade emergente.

Quando os exercícios de interpretação estavam a todo vapor, eis que descobriram que os EUA estavam mais presos do que poderiam suportar. Do que adiantaria ter capacidade de fazer a guerra, mesmo com tanto poder, se não haveria racionalidade econômica para que ela fosse realizada! Ou seja, por qual razão fazer a guerra contra qualquer que fosse o país se a cadeia produtiva estava disseminada pelo mundo como um todo, levando a que a destruição de um país significaria diminuir sua própria capacidade produtiva. O mundo era outro e a economia estava desvelando essa realidade.

Mesmo no caso de ficarmos presos na idéia de sistema internacional, o modelo de unipolaridade (só uma grande potência) mostrou-se frágil. Tanto que imediatamente foi substituído pelo de unimultipolaridade (uma superpotência, compartilhando o poder com várias grandes potências: os EUA + o G-6 + Rússia). Com relação à paz, ou seja, sobre o modelo de estabilidade do sistema, ficaram indecisos sobre o tipo de estabilidade que estava sendo gerado. Qual seria? Por equilíbrio, dificilmente, pois ainda hoje é gritante a diferença de poder entre os norte-americanos e os demais atores estatais do Globo. Por império? Não, porque a estrutura da economia não permite mais que se construam impérios como se davam anteriormente. Por hegemonia? Todos apontaram para esse tipo, admitindo que o mundo seria configurado pelo G-8 e os EUA seriam a peça mais importante. Porém, diariamente os americanos perdem mais capacidade de ação no mundo, indicando que a hegemonia não é resposta correta.

Há outro fato que passou despercebido: é provável que, ao invés de ter ocorrido automaticamente uma mudança de sistema quando caiu o muro de Berlim, o que houve foi o estalar de um combate. É possível que estejamos vivendo o momento histórico de uma grande guerra geral que teve como primeira batalha a Guerra do Golfo de 1991. Ainda estamos vivendo o desenrolar dessa guerra que caminha em grandes batalhas configuradas em guerras localizadas, com teatros de operações envolvendo os norte-americanos, alguns aliados que se tornam cada vez mais escassos e inimigos voláteis, agindo como um espírito mudando de corpo, para corpo, mas que ainda não se sabe quem ele é.

Ao longo dessa década e meia, o inimigo está se transplantando para outros lugares, continentes e se disseminando (agora também está

na América do Sul, com a Venezuela, Bolívia , porque não, o Equador), mas cada vez que emerge é apenas um peão no tabuleiro. Enquanto as batalhas vão ocorrendo, dois acontecimentos vão se consolidando: A Europa vai caminhando e a China ganha substância. Não será surpresa se surgir um mundo com sistema multipolar com uma paz por equilíbrio ao final do último combate entre o gigante do norte da América contra os peões do tabuleiro, apresentando a seguinte configuração: **três superpotências** (EUA, Europa Unificada e China), **regulando o mundo com algumas grandes potências** (Rússia, Japão, Índia, Alguém no Oriente Médio e alguém na América Latina, talvez com mais um da América do Sul). Também não será surpresa se descobrirmos que os inimigos reais sempre foram as duas superpotências que ficaram ao seu lado no final do processo. Apenas não entraram na luta convencional do confronto militar. Venceram a grande guerra com o desgaste dos EUA, da mesma forma que os norte-americanos derrotaram os comunistas pelo desgaste da União Soviética.

Isso se ainda ficarmos presos nos conceitos clássicos para configurar a ordem mundial. Muito provavelmente, a surpresa que nos será apresentada é que o mundo terá superado uma etapa e a interpretação da ordem a partir da configuração de um sistema internacional se mostrará anacrônica, quando não inútil. Certamente, a ordem mundial será definida pelo conceito de “governança global”. O próprio termo é adequado para expressar a realidade. Será uma governança e não um governo. Caso fosse um governo global, necessariamente teríamos um Estado Mundial, o que não é possível pela diversidade de valores, variedade de culturas e civilizações, diferenças de apreensão da realidade, diversidade de sistemas jurídicos e religiões, fragilidade das comunicações, estágio do desenvolvimento tecnológico etc.

Para garantir a ordem preservando a liberdade será imprescindível que, em curto e médio prazo, não nasça um Estado Mundial, com Governo Mundial. Isso não significa que não será possível ter uma forma de responder às demandas de todos os tipos de atores, sejam eles estatais, ou não, e definir uma maneira de organizar o mundo. A governança global cumprirá essa função.

Podemos defini-la como: **o debate coletivo das questões globais, levando-se em conta as reivindicações e interesses das partes, configuradas na expressão de interesses de vários tipos de atores, estatais e não estatais. Eles têm voz ativa, representatividade e, coletivamente, definem parâmetros para a ação dos governos, das instituições, dos grupos e dos indivíduos no mundo, uma vez que estabelecem valores comuns e formas de ação que são**

acordadas entre eles. O exercício da governança se dará em fóruns internacionais, ou em instituições transnacionais, quando e onde são acertados os parâmetros que, uma vez aceitos, passam a reger a legislação interna dos países, os estatutos das organizações, ou a orientar os credos e comportamentos de grupos e pessoas.

Toda vez que o exercício da governança chega a alguma conclusão, surgem acordos e tratados internacionais que expandem o Direito Internacional e criam-se instituições para regular esses tratados, diminuindo a capacidade dos Estados de tomar decisões unilaterais, bem como seu poder de ação, e obrigam-lhes a aceitar as reivindicações dos grupos que participam dos fóruns internacionais. É uma seqüência que se iniciou e tende a crescer como uma bola de neve. Dois são os perigos que podem frear essa tendência: primeiro, se ocorrer alguma guerra que abale o sistema internacional como um todo, pois, aí, a lógica econômica será jogada pelo ralo; ou se os norte-americanos começarem a ignorar a lógica econômica e voltarem a pensar exclusivamente na lógica dos “interesses nacionais” e da “política do poder”, como ocorreu com a “Doutrina Bush” (Nova Doutrina de Segurança Nacional dos EUA de 2002) e a Guerra do Iraque, em 2003. Especulações sobre essa questão são importantes, mas não cabem no momento. Contudo, são apostas que podem ser feitas. É importante ressaltar que um mundo novo nasceu e, como aqueles intérpretes da democracia no final do século XVIII fizeram, temos de entender essa nova realidade se nós quisermos sobreviver a ela. Mesmo que, para nós, ela seja desagradável e esteja longe dos nossos sonhos utópicos e afrontem o nosso senso, tal qual ocorreu para muitos daqueles nobres que desprezaram o regime democrático apesar de acharem uma afronta a destruição do Antigo Regime.

Para o homem comum, aquele que não tem a pretensão de ser o “Príncipe” que Maquiavel desvelou, é importante saber que terá que entender o que está diante de si, para escolher onde deve agir e o tipo de profissional que terá de ser. Diplomata Corporativo pode ser apenas um termo para expressar que todos os profissionais (seja um médico, um jornalista, um administrador, um sociólogo, um assistente social etc.), doravante, terão de entender que, hoje, qualquer lugar do mundo está internacionalizado. Para os objetivos deste ensaio, ele revela que a trajetória dos Estudos de Defesa gera um especialista que precisa estar atento para todos os tipos de atores do novo jogo internacional. Resta saber como aplicar as técnicas e métodos que dispõe e como serão as reivindicações desses tipos de atores para o uso do conhecimento que produz, ou adquiriu.

4. Mas... onde ficam os Estudos da Defesa?

Quando se discorreu sobre a questão da cientificidade nos Estudos de Defesa, foi afirmado que ela ainda necessita, no mínimo, delimitar seu campo de estudo para poder adquirir tal status. Mantendo a comparação com a disciplina Relações Internacionais, não foram raras as afirmações durante o seu processo de libertação de que esta ainda não passa de uma elaborada elucubração filosófica, pois, além de não conseguir usar um método genuinamente científico, ou que esteja mais próximo daquilo que a Filosofia da Ciência contemporaneamente concebe como método científico, não conseguia cumprir aquelas três sagradas exigências: **que explique um fenômeno; que apresente a forma de controlá-lo; que se consiga fazer previsões acerca do seu comportamento.**

Guardadas as devidas proporções, a Defesa passa por constrangimento equivalente, embora de outra natureza. Não se pode dizer que é apenas um elaborado constructo filosófico. Longe disso, a Defesa é algo concreto e não se confunde com elucubrações. O problema é que não tem ainda capacidade de preencher os requisitos mínimos, para entrar no Clube científico.

Uma primeira questão que pode ser levantada é se a Ciência Defesa, admitindo-se que tenha sido claramente definido o objeto que ela estuda (ou seja, a *defesa*) consegue estabelecer relações de causa e efeito capacitando prever comportamentos devido à forma como se conectam certos elementos constituintes, ou à maneira como esses elementos se relacionam com o ambiente, ou pela interação com as condições do meio. Tão importante quanto, se essas previsões têm caráter universal. Ou seja, que dentro de certas circunstâncias e leis o resultado será o mesmo em todos os lugares do universo. É isso mesmo! Se não tiver validade universal, regride-se cada vez mais para o individual, perdendo em objetividade e ganhando em subjetividade. Acabará sendo literatura de ascese mística, e os motores explicativos serão mais bem explicados pelos “Sobrenaturais de Almeida”, como diria Nelson Rodriguez.

Temos de aceitar que não basta apenas definir o objeto e explicá-lo, pois isso é um comportamento que se obtém também do senso comum. A definição daquilo que se estuda é apenas uma condição necessária, mas não suficiente para que a disciplina seja considerada um conhecimento científico. Está na natureza do conhecimento científico desejar conhecer a realidade para interferir nela e não apenas para contemplá-la. Assim é necessário controlar o fenômeno

que se estuda e fazer previsões acerca de seu comportamento em determinadas situações claramente estabelecidas.

Como diria Hempel¹⁵, dentre os fatores que levam o homem a realizar pesquisa científica estão a curiosidade intelectual e o caráter prático, significando isso que

“(...) o Homem (sic) procura, constantemente, melhorar a posição estratégica em que se situa face ao mundo em que vive e, para tanto, busca meios eficazes de prever o curso dos acontecimentos que têm lugar à sua volta e, sempre que possível, tenta controlá-los para disso retirar proveito.” (grifos meus) (HEMPEL, 1971: 159).

Ainda segundo Hempel, esse comportamento gera um tipo de explicação com o intuito de efetuar previsões acerca do fenômeno observado, de onde propõe que seja possível afirmar que se um acontecimento específico causa um outro acontecimento, pode-se concluir que o surgimento do primeiro acontecimento será sempre acompanhado do segundo, ou seja, temos explicações dedutivas, importando saber que são relevantes não apenas as deduções dos casos particulares, mas as deduções em relação às regularidades expressadas por leis gerais. (HEMPEL, 1971: 162).

Nesse sentido, como ainda nos diz, a

“uniformidade de uma lei é explicada mostrando-se que ela vigora (...) como consequência de outras leis mais gerais, ou de princípios teóricos mais fundamentais e amplos”. (HEMPEL, 1971: 163).

Disso conclui que

“desenvolver teorias que explicarão dessa maneira (dedutivamente) as regularidades expressas por leis empíricas é um dos principais empenhos do trabalho científico e muitos cientistas sustentarão que só se atinge compreensão científica genuína quando se pode elaborar teorias explicativas”. (HEMPEL, 1971: 163).

A busca desse apoio em leis abrangentes se dá tanto nas explicações que se baseiam em leis universais quanto em explicações que se amparam em leis probabilísticas, explicações que têm ganhado espaço no campo científico. Ou seja, “*todas são asserções alicerçadas em leis abrangentes, de tipo dedutivo ou probabilístico*”. E, também muito importante,

“uma explicação científica adequada não apenas alarga, mas aprofunda o entendimento a respeito de determinado campo de investigação” (HEMPEL, 1971: 163).

Há o consenso de que esse modelo de explicação científica tem como base as ciências da natureza, trazendo críticas quanto a sua aplicação

¹⁵ Ver: HEMPEL, Carl G. “Explicação Científica”. In: MORGENBESSER, Sidney. (Org.). **Filosofia da Ciência**. São Paulo: Cultrix, 1971.

às ciências humanas, quando ao invés de se requerer que uma ação seja explicada “*por subsunção dedutiva ou probabilística a partir de leis gerais*”, seriam usadas razões. Ainda assim, essas razões são, “*fundamentalmente, explicações por subsunção a leis abrangentes*” (HEMPEL, 1971: 169), retornando-se ao modelo proposto.

Ernest Nagel também chega a conclusão semelhante acerca da ciência ao afirmar que

“há três aspectos da Ciência atual que (...) nos auxiliam a definir-lhe a natureza e os objetivos (...). 1. (...) permite o controle da natureza. 2. (...) propõe atingir um conhecimento sistemático e seguro, de sorte que seus resultados possam ser tomados como conclusões certas a propósito de condições mais ou menos amplas e uniformes sob as quais ocorrem os vários tipos de acontecimentos. 3. (...) seu método de investigação (...)” (NAGEL, 1971: 11-24)

Poderíamos questionar se os Estudos de Defesa, tanto quanto a disciplina Relações Internacionais teriam esta pretensão. A resposta é sim. No segundo caso, já Edward Hallet Carr, um dos seus pais construtores, quando escreveu “Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939”, deixa explícito que o surgimento da disciplina se deu com o intuito entender e explicar a realidade para interferir nela controlando-a, uma vez que se queria produzir uma “Segurança Coletiva”. Todo o seu livro tenta mostrar os elementos que permitiriam produzir a ciência Relações Internacionais, embora ainda se pensasse como iguais os problemas de relações internacionais e de política internacional.

No caso da Defesa é mais flagrante. A própria lógica nos obriga aceitar que não interessa a existência de uma ciência que explique como agir de maneira segura em ambiente hostil, bem como a responder correta e adequadamente a possíveis atos que ponham em risco nossa existência, se ela não puder ser aplicada à realidade. E este é um ponto chave: é obrigatório ter, no mínimo, grande probabilidade de sucesso, para justificar qualquer investimento feito para abordar o problema. Isso é admitido por todos os que afirmam a existência de uma Ciência da Defesa.

O autor citado, Salvador Ghelfi Raza, quando fez em seu artigo um mapeamento das partes componentes da Defesa, apresentou que numa delas, o “projeto de força”¹⁶, é possível discorrer sobre um

¹⁶ . Definido como “(...) sendo o conjunto de procedimentos e práticas, instruído por um sistema conceitual próprio, orientado para a concepção e justificação racional e lógica da força que reflita os enquadramentos dos esforços bélicos requeridos para a obtenção de um estado de segurança desejado. Nesse contexto, força deve ser entendida como sendo o nexos de capacidades sistemicamente integradas e dotadas de identidade no Estado e na Lei,

quadro conceitual suficientemente amplo e coerente para demonstrar nexos causais entre elementos constitutivos os quais, pela lógica de sua constituição e pela compatibilização dos conceitos adotados, geram resultados previsíveis. Por isso podem-se fazer previsões acerca do acerto ou erro nos programas de defesa adotados no caso de haver incompatibilidade nos quadros conceituais.

Como nos diz

“Essa conceituação dos Estudos Bélicos¹⁷ e do Projeto de Força evidencia a mútua complementariedade dessas duas áreas temáticas. Mas evidencia, também, que a coerência interna da defesa (enquanto manifestação prática dos diversos fenômenos segundo as demandas particulares de cada Estado) demanda que os sistemas conceituais e as metodologias de ambas as áreas temáticas sejam compatibilizadas. Quando isso não ocorre, o resultado materializa-se em programas de defesa desarticulados entre si e com os objetivos políticos que instruem sua concepção. Note-se, aqui, uma primeira evidência dos dividendos da ciência de defesa em explicar porque determinadas distorções ocorrem, independentemente de personalidades ou vontades pessoais dos decisores. Por exemplo, distorções na alocação de recursos e desarticulações entre estratégias e meios de força podem ter origem para além dos procedimentos metodológico-burocráticos utilizados para a definição de prioridades para alojar-se em algo mais profundo – na incompatibilidade das formas de pensar a natureza dos fenômenos bélicos e de definir os meios necessários para instrumentalizar os meios de força em atendimento à variância na manifestação desses fenômenos. (RAZA, 2003: 12)

Ao que tudo indica a clareza e evidência não são tão cristalinas quanto pensou o autor. Ademais, as previsões não decorrem de uma relação de causa e efeito entre fatos, fenômenos e comportamentos. Elas derivam de se perceber que aquele que observou o fenômeno errou quando construiu o quadro conceitual das partes constituintes do Estudo da Defesa! Ficam as perguntas: para chegar a esta conclusão é necessário criar uma ciência? Não basta olhar?

É algo semelhante a termos Forças Armadas cujas Forças Singulares tenham doutrinas de emprego não articuladas. Imaginemos que uma priorize o avanço e a outra a espera. Mais ainda...! que não utilizem códigos comuns. O resultado é óbvio: um vai bombardear o

requeridas para o combate, nas várias formas que o combate pode assumir, variando desde as simples ameaça do uso da força, a observação armada até a guerra total”. (RAZA, 2003: 12 e 13)

¹⁷ . Dentro da disciplina estudos estratégicos, os estudos bélicos conformam a primeira área temática fundada sob as teorias que explicam o uso ou ameaça do uso da força (de forma violenta) para os propósitos da política (RAZA, 2003: 9)

outro. Foi isso que o autor falou? Não. Mas a estrutura do argumento é quase a mesma.

Pode ser uma espécie de credo positivista, mas para que a Defesa possa se constituir como ciência ela necessita que seu quadro conceitual determine em leis gerais qual é a relação de causa e efeito entre os fenômenos para que seja possível prever resultados e antecipar comportamentos. O universo em que ele circula não permite ainda que isso ocorra.

Apesar de haver um conjunto de disciplinas que constituiriam seu universo teórico, percebemos que todas essas disciplinas seriam apenas expressões específicas de outros universos maiores, ou de questões mais abrangentes.

Por exemplo, formulação de políticas de defesa é vista como uma das partes constitutivas da Ciência da Defesa. Porém ao afirmar isso esquecemos que a “política de defesa” é apenas uma expressão das políticas públicas. Ou seja, está inserida num outro contexto. Mas, pode-se replicar: o que importa é definir a sua formulação num quadro articulado com outras disciplinas que diriam qual política deve ser adotada.

Faz sentido, mas nada impede de inverter o painel e afirmar que na lógica da formulação da política de defesa tem-se um quadro específico em que à questão defesa compõe um problema para possíveis cenários dos estudos estratégicos. Isso mostraria que ela é um problema inserido no escopo da estratégia enquanto busca as condições necessárias e suficientes para haja grande probabilidade de eficácia, levando-se em conta que a dose do imponderável é gigantesca nessa área, tanto que não são poucos os que ainda a consideram uma arte, com grande carga de talento individual intransferível, apesar de observável, para não dizer com uma grande carga de subjetividade. Pode-se afirmar também que a política de defesa está no escopo da arte do governo, ou da administração pública, da política externa, da política internacional. Isso apenas mostra que, se posso inverter a relação de suserania e vassalagem, provavelmente é porque os títulos nobiliárquicos não estão bem configurados e, com certeza, perderam a vinculação com a terra, pois se soubermos a quem pertence o território, imediatamente identificamos quem manda em quem.

Nesse sentido é melhor entender a Defesa como um conjunto de questões e uma seqüência de problemas que precisam ser abordados para garantir equilíbrio às políticas de um governo, que estão inscritas num certo grau de prioridades.

Ela estaria subordinada a política, na medida em que responderia aos reclames da política externa de um país e suas necessidades decorreriam da forma como esse país se insere no ambiente

internacional. Essa fórmula parece mais simples e intuitiva: as necessidades de defesa são diretamente proporcionais à amplitude da política externa do Estado, ao nível de essencialidade dos interesses externos, ao número de concorrentes disputando os mesmos interesses etc. Ou seja, ela se inscreve geneticamente no escopo da política, mas precisamente da política externa, mais detalhadamente da política internacional. A conclusão? Ela está inscrita no cenário e no escopo das relações internacionais, que recorre a várias ciências auxiliares, mas que, principalmente, agrega no seu seio um conjunto de técnicas e artes que usa para solucionar problemas e responder às perguntas que esta disciplina faz quando pretende equacionar os problemas da ordem mundial.

Quer saber como sobreviver, ganhar, se impor, ou expandir os interesses no jogo do poder? Recorre à ciência política. Como posso fazer para definir uma seqüência de ações e raciocínios que possam se impor sobre as ações e raciocínios do adversário? Recorre a Arte da Estratégia¹⁸. Tem necessidade de saber como se comportar na guerra? Dirige-se às “Ciências Militares”. Precisa saber o que é necessário para resistir e enfrentar seu adversário no caso de combate armado? Aí, devem entrar os Estudos da Defesa. Estudos de Defesa, no cenário contemporâneo e com os limites de conhecimentos que dispomos, constitui uma coletânea de repostas às perguntas técnicas feitas sobre o que é necessário para garantir a segurança tendo em mente certas hipóteses de embate. Lembra-nos o trabalho do técnico. Pode-se prever o resultado da aplicação da ferramenta devido à experiência do uso, ou, no caso de nunca ter sido usada, graças às exigências da lógica. Muitas vezes não se sabe o que gerou o resultado, nem é possível fazer generalizações com relações de causa e efeito. Não porque não se isolaram variáveis, ou porque o número de variáveis é imensurável. Ou, ainda, porque é impossível isolá-las. Seria irresponsável e contraditório fazer tal afirmação. Mas, porque ainda não se sabe quais são aquelas variáveis que devem e precisam ser isoladas, uma vez que estão num campo exclusivo desta “ciência”, que ainda precisa ser cercado. Há uma série de perguntas que devem ser feitas e respostas que devem ser testadas para se chegar a compreender qual é o campo exclusivo da Defesa.

¹⁸ Não podemos esquecer que toda arte utiliza de técnicas para se concretizar. Mas isso não leva a produzir uma ciência da pintura, ou da escultura, por exemplo. É possível ensinar alguém a pintar com a técnica de Van Goch, mas não há garantias de que o novo pintor fará igual, próximo, ou que produzirá cores que foram reprovadas naquela época porque, segundo os críticos, eram cores que não existiam. Não percebiam que nesta singularidade estava o brilho do gênio que, para expressar suas emoções, pintava cores que só ele via.

Novamente, a defesa, em si, é uma questão e seu estudo uma pesquisa técnica que busca usar dos utensílios disponíveis para responder adequadamente ao problema proposto. Pode-se explicar como um indivíduo produziu certo resultado, mas isso não garantirá que, com a aplicação da fórmula, o resultado será o mesmo. Se fosse uma ciência, garantiria. Esta é uma das suas exigências. É como uma certidão de nascimento que garante o sangue azul de nobreza.

Pode-se argumentar que pelo exemplo apresentado acerca das Relações Internacionais, esta também seria apenas uma tecnologia, pois o comportamento é o mesmo.

De forma alguma. Para os problemas que surgem as RIs utilizam outras ciências para solucioná-los, quase tecnicamente falando. Contudo, para responder à pergunta acerca da ordem mundial, só pode recorrer a si mesma e para tanto tem criado conceitos, proposto modelos, formulado teorias e criado linguagem própria. Eis aí, a diferença fundamental: qual é a questão que funda a “ciência defesa” de tal forma que, para respondê-la, não há como recorrer a ninguém, exceto a si própria sendo necessário gerar um universo diferente?

Apenas para ilustrar o fato, os pesquisadores destacam que, embora Augusto Comte tenha usado o termo Sociologia, a disciplina não ganha status de ciência com ele porque a pergunta que fazia não permitia que se produzisse um conhecimento científico.

A questão estava na pergunta que fundava a ciência. Ao que consta, correndo o risco de erros de interpretação, Comte dizia que a Sociologia tratava de dizer o que era a sociedade. O fato é que esta é uma pergunta que pode ser respondida pela filosofia, sem precisar criar nada de novo. Duas perguntas mais adequadas são: o que possibilita que seres distintos, com necessidades distintas, ajam coletivamente? E, quais são as forças que mantêm essas ações na mesma direção, gerando um ente que se pode chamar de sociedade, seja ela o que for? Para a primeira pergunta, pode-se dizer que é algo que será chamado por “fato social”. Para a segunda, responde-se que é a solidariedade, de duas espécies, gerada de mecanismos produzidos pela vida em coletividade. Cabe, empiricamente, observar, comprovar a especificidade do social, buscar as recorrências, comprovar se isso constitui um campo próprio e, para transitar nele, desenvolver um método específico. Pronto, fundou-se a abordagem científica da sociedade. Mais uma vez: é essencial saber qual é a pergunta que deve ser feita para que a ciência nasça. Não foi a toa que o questionamento acerca da autonomização dos Estudos de Defesa para constituir uma ciência foi feito comparativamente ao processo de autonomização das Relações Internacionais. Inicialmente, porque os percursos de ambas as disciplinas parecem

sofrer das mesmas dificuldades e apresentam problemas semelhantes, embora tenham gerado embates distintos. Em segundo lugar, porque tais estudos ficam mais bem alojados como parte das Relações Internacionais. Como “Estudos” a Defesa não sofre, pois o termo não traz consigo as exigências e rigores que a ciência solicita, tendo, por isso, liberdade de questionamento. Diversamente ocorre com ciência, uma vez que há necessidades específicas para construir as respostas, que devem se apresentar como corolários.

Acrescente-se a isso a seguinte indagação: se é uma ciência, o cientista formado aplica seus conhecimentos onde? Em que situação? Certamente não é na guerra, mas é essencial na busca dos recursos, na criação de condições adequadas e na preparação para enfrentá-la, caso ocorra.

Contudo, este cientista parece ter um destino trágico, pois não pode trabalhar em lugar nenhum. Poderá ser apenas funcionário do Estado, cujas vagas são limitadas. Mas, quando foi falado do Diplomata Corporativo afirmou-se que talvez houvesse um caminho para os profissionais da Defesa. E há. O cenário que gerou este novo profissional das Relações Internacionais está levando as corporações a buscarem técnicos especialistas com duas capacidades:

1. saber articular a iniciativa privada com o Estado para que ela propicie a este o que necessita para dar coerência aos projetos e possa viabilizar a política de defesa. É algo próximo ao Gestor dos Recursos de Defesa, técnico formado pela Escola Superior de Guerra (ESG) ;
2. o mercado tem sugerido a necessidade de Diplomatas Corporativos também para o caso das empresas e corporações que se inserem na cadeia produtiva do complexo industrial militar. Aí, não basta ser um generalista das RI é necessário ter nos seus currículos conhecimentos sobre assuntos militares. Com a globalização, esta empresa que fabrica componentes de mísseis de última geração pode ter uma filial na rua dos fundos de nossa casa.

5. Considerações Finais

Para finalizar, seria interessante tentar responder algumas das perguntas que foram feitas na introdução. Quanto ao problema de se adotar a roupagem científica para que um discurso seja sério, é fato que a seriedade decorre da coerência e consequência dos argumentos e não do timbre científico que se deseja imprimi-lo. Isso é uma questão de lógica e não de epistemologia.

Ademais, não se pode viver o risco de tratar como científico um conhecimento que não tem esse caráter, incorrendo nos traumas que seriam gerados por uma expectativa frustrada.

Quem trabalha com consultoria sabe: nunca se vende informação, mas credibilidade. Aquele que consulta espera o cumprimento do contrato e se o consultor ofereceu ciência, certamente se espera que o resultado seja uma consequência logicamente derivada dos antecedentes, pois foi oferecida uma relação de causa e efeito entre os fatos.

Ademais, muitas vezes um trabalho é essencial, ou, no mínimo, proveitoso, porque trouxe as perguntas certas, ao invés de apresentar respostas que se esgotam em si mesmas, apesar de carregarem a capa de científicas.

Para ilustrar a questão da pergunta certa é possível citar uma palestra ministrada na Universidade de São Paulo por um professor de física que teve contatos com físicos japoneses funcionários de uma indústria. Ele contou que o seu colega oriental, comparando os trabalhos dos profissionais de ambos os países, dizia que no Japão sempre se investia para adquirir conhecimento, pois tudo pode, de alguma forma, ou em algum momento ser convertido em aplicação prática. E relatou que tinha sido solicitado a ele, pelo gestor da empresa, que fizesse os cálculos do que necessitaria para participar de um projeto, cujo objetivo era retirar um elétron de uma órbita e colocá-lo noutra escolhida e depois que recolocassem no lugar. Como brasileiros, imediatamente pensamos: como é bom ter excesso de dinheiro! Pode-se investir em coisas completamente inúteis! Ainda mais que, segundo o japonês, o projeto não era de física dos materiais, ou algo próximo para criar novos componentes, mas que tinha sido proposto uma espécie de aposta. O físico japonês resolveu se informar ao longo do projeto sobre os objetivos de mudar os elétrons daquela maneira, uma vez que era possível obter átomos com aquelas configurações de forma mais simples e barata. Passado um tempo veio a resposta: a empresa não estava preocupada com o átomo. Aquele físico fez a pergunta errada, a questão não era saber que átomo resulta da mudança de elétron de uma órbita para outra, mas como fazer para controlar a mudança de órbita. O que fazer com o átomo não era problema deles naquele momento, pois o que buscavam era desenvolver a tecnologia da pinça que poderia deslocar os elétrons de uma posição para outra.

A pergunta certa se não revela a essência do problema, faz emergir os objetivos reais. De qualquer forma aponta por onde entrar no tecido da realidade.

Quanto ao problema de dotar ou não os Estudos de Defesa de caráter científico, é importante que se faça, mas não sem cumprir os requisitos mínimos.

Finalmente, quanto a saber se o objetivo de todo conhecimento é tornar-se científico, como se convergíssemos teleologicamente para um fim, a resposta só pode ser uma: após reler este ensaio e descobrir o positivista que se revelou nele, sou obrigado, para não ser incoerente, a admitir que, ou um conhecimento torna-se científico, ou ficará caduco, se esvaziará e se tornará uma mera curiosidade histórica.

5. Fontes Bibliográficas

AGUIRRE, Mariano. Uma nova concepção de Guerra. In *Le Monde Diplomatique*, Edição Brasileira, ano 2, número 14.

ARON, R. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília: UnB, 1986.

ARON, R. Estudos Políticos, Terceira Parte, UnB, Brasília, 1985

BOBBIO, N. Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1990. Parte 3, Cap. 2-5, pp. 65-104.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: UnB, 1983.

BRAILNHARD, P. Teorias das Relações Internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

CARR, E. H. Vinte anos de Crise. Brasília: UnB, 2001.

CHAUMERS, A. F. O que é a Ciência Afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHIAPPIN, J. R. N. "O Paradigma de Huntington e o Realismo Político". In: *Lua Nova*, Nº 34, CEDEC, São Paulo, 1994.

CLAUSEWITZ, C. Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes,

COLUMBUS, T. A. *Introduction to international Relations: "Power and Justice"*. Prattice Hall Inc. Englewood Cliffs, New Jersey. 3 ed. 1986.

DEUTSCH, K. Análise das Relações Internacionais. UnB, Brasília.

DOUGHERTY, J. E.; PFALTZGRFF JR., R. L. Relações Internacionais. As Teorias em Confronto. Lisboa: Gradiva, 2003.

FERRER, A. Historia de la Globalización. Origenes del Orden Económico Mundial. México: Fondo de Cultura Económico, 1996.

FUKUIAMA, F. "Humanidade Chega ao Fim da História". In: *O Estado de São Paulo*, 29/10/1989.

GONÇALVES, Williams. Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GRIFFITHS, M. 50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais. São Paulo: Contexto, 2004.

- HALLIDAY, F. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- HEMPEL, C. G. *“Explicação Científica”*. In: MORGENBESSER, S. *Filosofia da Ciência*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- HOFFMANN, S. H. *Teorias Contemporâneas sobre las Relaciones Internacionales*. Madrid, Editorial Tecnos, S. A.
- HUNTINGTON, S. “A Mudança dos Interesses Estratégicos Americanos”. In: *Política Externa*, vol. I, Nº1, Paz e Terra, São Paulo, 1992.
- HUNTINGTON, S. “O Choque da Civilizações?”. In: *Política Externa*, VOL 2, Nº 4, Março-Abril-Maio, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1994.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995
- KEEGAN, J. *Uma história da Guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.
- KENNEDY, P. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. São Paulo: Editora Campus, 1989.
- KEOHANE, R. “Soberania estatal e instituições multilaterais: resposta à interdependência assimétrica”. In: *O futuro do Brasil. A América Latina e o Fim da guerra Fria*.
- KISSINGER, H. *La Diplomacia*. Fondo de Cultura Económica, México, 1996.
- LA GORCE, Paul Marie de. “Estados Unidos: A Nova doutrina Militar Americana”. In *Lê Monde Diplomatique*, Edição Brasileira, ano 3, número 26.
- MELLO, L. I. de A. *Halford Mackinder Revisitado: quem tem medo da Geopolítica?* EDUSP/HUCITEC, São Paulo, 2000.
- MERLE, M. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília: UnB, 1981.
- NAGEL, E. *“Ciência: Natureza e Objeto”*, in: MORGENBESSER, S. *Filosofia da Ciência*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- NYE, J. S. *Understanding International Conflicts*, Longman, 1997.
- OLIVEIRA, E. F. de. *Nuevos desafíos de la gestión empresarial ante un mundo globalizado y competitivo : una mano abierta a la investigación*. Punta del Este : Instituto Internacional de Costos : AURCO, 2003
- PARET, P. *Os construtores da estratégia moderna*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.
- PROENÇA JR, D.; DUARTE, E. “Estudos Estratégicos como base reflexiva da defesa nacional”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. 50 (1): 29-46 [2007]
- PROENÇA JR, D.; DINIZ, E.; RAZA, S. G. *Guia de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- RATTNER, H. *Globalização e soberania nacional*. In: *Fipe São Paulo*, n. 204, p. 19-21, 1997.

- RAZA, S. G. Ciência de Defesa. [Trabalho apresentado no “G5Center for Hemispheric Defense Studies” - REDES (Research and Education in Defense and Security Studies) – Painel: Strategic Studies Epistemology, em Santiago, Chile. 28-30 de Outubro de 2003.
- RODRIGUES, G. M. A. O que são Relações Internacionais. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SARTORI, G. () A Política, Brasília, Ed. UNB, 1994. Parte 3, Cap. 8 – “A política como ciência”, pp. 175-2001.
- SEINTENFUS, R. Manual das Organizações Internacionais. Livraria do Advogado Editora.
- SKLAIR, L. Sociologia do sistema global. Petrópolis : Vozes, 1995
- SOUZA, H. J. (BETINHO). Como se Faz Análise de Conjuntura. 25^a Edição. São Paulo: vozes, 2004.
- SUANO, M. J. F. “*A identificação dos Interesses Estratégicos Norte-Americanos e o Surgimento de uma Nova Estratégia da Contenção – uma releitura de Samuel Huntington em busca do verdadeiro oponente dos EUA*”. In: Prisma Jurídico. São Paulo, 2003, Vol 2, 61 – 84, SET.
- SUANO, Marcelo José Ferraz. *O discurso teórico nas Relações Internacionais*. Civitas. Revista de Ciências Sociais. Política Internacional. Porto Alegre – volume 5 – N 2 – jul.-dez. 2005.
- SUTTI, P.; RICARDO, S. As Diversas Faces do Terrorismo. São Paulo: Harbra, 2003.
- VILACA, J. L. da C. Da comunidade a União Européia : o tratado de Maastricht e depois. Lisboa: Instituto de Estudos Estrategicos Internacionais, 1993.
- WALTZ, K. N. O Homem, o Estado e a Guerra. São Paulo: Martins fontes, 2004.
- WALTZ, K. N. Teoria das Relações Internacionais. Trajectos. Lisboa: Gradiva, 2002.
- WEBER, M. Ciência e Política. Duas Vocações. São Paulo: Cultrix, 1982.
- WIGHT, M. A Política do Poder. UnB, Brasília, 1978.
- WILHELMY, M. Política Internacional: enfoques y realidades. Grupo Editor Latinoamericano, Buenos Aires, 1988.